

Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora Consoladora

CNPJ/MF nº 60.790.631/0001-83

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em reais				Demonstrações Financeiras Encorçadas em 31 de Dezembro				Demonstração do resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em reais				Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em reais					
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023	Nota	2024	2023	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023	Fluxo de caixa das atividades operacionais	2024	2023	
Circulante				Circulante													
Caixa e equivalentes de caixa	4	641.999,16	1.355.668,37	Contas a pagar	8	212.389,51	205.351,05	Atividades de educação básica									
Contas a receber de alunos				Obrigações trabalhistas	9	765.758,95	738.812,79	Recursos com prestações de educação									
Educação Básica	5	1.199.536,36	1.261.167,27	Obrigações tributárias	10	4.480,90	4.700,30	Recursos com prestações de serviços									
Adiantamentos	6	154.881,51	151.169,30	Receitas antecipadas	10	1.146.910,05	880.913,58	- mensalidade escolares	14	12.222.605,50	13.849.515,12	Depreciação e amortização	291.192,71	292.106,67	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35.209,44	239.059,74
Despesas antecipadas		78.484,47	85.856,12	Total do passivo circulante	12	2.129.538,81	1.830.766,78	- Bolsas de estudos 100%				Baixa de ativos imobilizados	-	51.100,84			
Outros valores a receber		12.793,85	3.646,08	Patrimônio líquido				- L.C. 187/2021		(2.088.188,00)	(1.864.954,00)	Resultado líquido ajustado	(981.200,53)	(1.119.000,53)			
Total do ativo circulante		2.087.696,35	2.857.307,17	Patrimônio social		5.867.111,43	7.568.379,21	- Bolsas de estudos 50%		(451.546,00)	(531.967,50)	(Aumento) redução nos ativos	26.421,47	(248.881,26)			
Imobilizado				Deficit do período		(1.307.602,68)	(1.701.267,78)	- Demais bolsas de estudos		(900.239,90)	(1.172.883,54)	Em obrigações trabalhistas	26.946,16	(6.738,69)			
Imobilizado	7	4.601.352,21	4.840.591,07	Total do passivo e patrimônio líquido		6.889.047,56	7.697.898,21	- Devoluções / cancelamentos				Em despesas antecipadas	3.171,65	5.380,41			
Total do ativo não circulante		4.601.352,21	4.840.591,07					- ensino básico		(8.325,76)	(6.940,14)	Em outros valores a receber	(9.147,77)	(2.762,91)			
Total do ativo		6.689.047,56	7.697.898,21					10.674.305,84	10.272.769,94								

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em reais				Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em reais			
Ativo	Nota	2024	2023	Patrimônio social	Deficit do período	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
1. Objetivos sociais: Instituto Irmãs Missionárias de Nossa Senhora Consoladora (ou simplesmente Instituto), C.N.P.J. 60.790.631/0001-83, fundado em 03 de março de 1950, é uma associação civil e religiosa, sem fins econômicos e lucrativos, de natureza confessional, beneficente e filantrópica, de caráter educacional, que se reger pelo seu Estatuto Social e pela legislação aplicável. O Instituto tem sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Parada Pinto, n.º 3002, Mandaguá, CEP 02611-001. O Instituto atua na modalidade da Educação Básica, sendo portadora do Certificado de Entidade Beneficente - CEBAS, expedido pelo Ministério da Educação - MEC. O Instituto possui os seguintes registros sociais, que regulamentam a sua atuação social, sendo reconhecido como entidade de Utilidade Pública (Educação) pelo Lei nº 7.580 de 05 de dezembro de 1962 e de Utilidade Pública do Município de São Paulo, pelo Decreto nº 8.906 de 30 de julho de 1970. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, substancialmente nas pro-normas técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a ITG 2002 R1 - Entidade Sem finalidade de Lucros e posteriores alterações, que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros. A Administração declara que todas as informações relevantes para as demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. c. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em reais, que é a moeda funcional do Instituto. d. Uso de estimativas e julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínuamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas seguintes notas explicativas: e. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) - Nota 5; f. Depreciação do ativo imobilizado - Nota 7; Provisão para contingências - Nota 11. 3. Principais políticas contábeis: a. Apuração do resultado do período: O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio da competência. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, incluindo-se as inadimplências, os valores considerados incooperáveis e o valor dos serviços educacionais prestados a alunos gratuitos. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. b. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos bancários de livre movimentação e investimentos financeiros demonstrados pelo valor da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço. c. Anuidades escolares a receber: Representam parcelas de mensalidades emitidas, porém não recebidas. Estão representadas pelo seu valor original, deduzidas das gratuidades concedidas e descontos contratuais (incondicionais). O valor da provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituído em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das mensalidades a receber. d. Adiantamentos: Refere-se a substancialmente a antecipações efetuadas a alunos e utentes, cuja apropriação ocorre no exercício seguinte. e. Despesas antecipadas: Refere-se a pagamento antecipado de férias e apólice de seguros, cujo período de vigência beneficia o exercício seguinte. f. Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota 7, com base em taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos seus valores originais. g. Outros ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indicio de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo é testado. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. A administração do Instituto,							

Composição das aplicações financeiras:			
Instituição	Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
Banco do Brasil	Fundo de Investimentos	134.852,28	15.730,23
		134.852,28	15.730,23
Banco Bradesco	CDB	86.779,46	714.504,70
Banco do Brasil	CDB	86.779,46	714.504,70
		86.779,46	714.504,70
		221.631,74	808.359,75

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a fundo de investimento em cotas de fundo de investimentos principal referenciado DI, que acompanha as variações diárias da taxa de juros do CDI ou da taxa SELIC, mediante aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimentos e certificados de depósitos bancários remunerados às taxas que se aproximam de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), estando aplicadas em instituições financeiras de primeira linha, como forma de diminuir eventuais riscos de perdas. 5. Contas a receber de alunos - Educação Básica:			
Anuidades a receber - do exercício	622.425,55	557.538,70	
Anuidades a receber - exercícios anteriores	249.516,07	114.993,02	
Anuidades a receber - acordos	152.312,64	212.688,72	
Anuidades a receber - cartões débito/crédito	143.056,44	283.506,44	
Anuidades a receber - cobrança jurídica	1.522.860,72	1.545.323,57	
Anuidades a receber - (juros a transcorrer)	(126.244,73)	(123.726,64)	
(-) P.E.C.L.D.	(1.364.389,33)	(1.329.179,89)	
	1.199.536,36	1.261.167,27	

As anuidades a receber do exercício foram substancialmente recebidas após o encerramento do exercício social.			
6. Adiantamentos:			
	2024	2023	
Adiantamentos de férias	144.340,74	132.196,79	
Adiantamentos a fornecedores	10.540,77	18.972,51	
	154.881,51	151.169,30	

7. Imobilizado:			
	2024	2023	
Imobilizado			
Terrenos		2.775.200,00	
Imóveis	4%	3.809.498,84	(2.698.888,03)
Instalações	10%	626.707,57	(155.786,40)
Máquinas e equipamentos	10%	482.970,14	(395.663,19)
Aparelhos de som, vídeo e imagem	10%	213.605,78	(197.548,25)
Móveis e utensílios	10%	808.123,23	(724.787,70)
Equipamentos de informática	20%	496.163,67	(497.912,61)
Veículos	20%	394.152,14	(394.152,14)
Outras imobilizações	10%	298.102,11	(258.620,95)
		9.924.711,48	(5.323.359,27)

8. Obrigações trabalhistas:			
	2024	2023	
Salários e ordenados a pagar	230.728,86	232.347,77	
Férias e encargos	298.782,92	178.220,62	
Impostos e contribuições trabalhistas	236.247,17	228.244,40	
	765.758,95	738.812,79	

9. Receitas antecipadas: As receitas antecipadas referem-se a antecipação de mensalidades de períodos subsequentes, recebidas antecipadamente, registradas no passivo circulante e que serão reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência. 11. Provisão para contingências: A administração do Instituto não tem conhecimento de contingências trabalhistas, cíveis ou tributárias, bem como de outras naturezas que possam dar origem a provisão para futura perda. 12. Patrimônio líquido: a. Patrimônio social: Acumula valores de superávits (déficits) apurados anualmente desde a data de sua constituição. b. O resultado do período é incorporado ao Patrimônio Social, conforme Resolução CFC N.º 1.409/12			
	2024	2023	
Quantidade mínima de bolsas de estudos (a-b-d)	121,0	130,8	
Quantidade ofertada 100% (b)	101	103	
Quantidade ofertada 50% (c)	23	29	
Total de bolsas concedidas na L.C. 187/2021	124	132	

14. Receitas (despesas) com serviços voluntários: Conforme determinado pela ITG 2002, para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, o Instituto identificou e mensurou os trabalhos voluntários recebidos durante os exercícios de 2024 e 2023. O valor do trabalho voluntário foi reconhecido com base em valores de mercado correspondentes a cada um dos serviços recebidos, em rubrica própria de receitas e despesas (resultado). Nenhum dos valores teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, como receita e despesa operacional nas demonstrações de resultados dos períodos.			
	2024	2023	
Recuperação de despesas e reembolsos	411.655,79	356.983,19	
Aluguéis ativos	10.005,14	50.520,70	
Doações	9.396,72	74,89	
Outras	132.362,27	119.257,70	
	658.455,94	526.836,48	
	767.159,55	748.695,26	

15. Despesas administrativas e gerais:			
	2024	2023	
Despesas com pessoal	(387.456,85)	(780.512,20)	
Despesas administrativas e gerais	(602.541,90)	(787.276,13)	
Despesas com serviços voluntários	(250.940,24)	(260.039,06)	
	(1.240.938,99)	(1.827.827,39)	
	(948.330,45)	(987.677,70)	
	(1.307.602,68)	(1.701.267,78)	

16. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS: A certificação das entidades beneficentes é concedida às pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestação de serviços nas áreas de assistência social, saúde e educação e que atendam aos dispositivos na Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021. O Instituto possui o CEBAS em 2024, em conformidade com a Lei Complementar 187, expedida pelo Ministério da Educação, julgado o processo nº 23000.032144-2021-63, conforme Portaria nº 454 de 24 de novembro de 2023. O referido certificado é válido de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024. O Instituto possui o certificado temporariamente e pediu a renovação do certificado, em 12/12/2024 conforme protocolo n.º 00024.0.0326345/2024. Gratuidades: Em 16 de dezembro de 2023, foi publicada a Lei Complementar 187. Dentre as principais alterações para a concessão ou renovação da certificação, destaca-se que a entidade de educação que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação básica, regular e presencial, deverá: I - demonstrar sua adequação às diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), II - atender a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação; e III - conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes. As gratuidades calculadas com base no número de bolsas de estudos podem ser assim demonstradas:			
	2024	2023	
Qtdade	Valores (R\$)	Qtdade	Valores (R\$)
728	14.122.605,50	787	13.849.512,12
101	2.088.188,00	103	1.864.954,00
45	451.546,00	58	531.967,50
22	433.069,00	30	505.271,00
46	467.170,90	224	262.612,50
314	3.439.973,90	415	3.569.905,04

Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa			
	2024	2023	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RPA	1.535.292,27	1.525.992,82	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RTR	38.382,31	38.149,81	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	345.440,77	343.348,38	
	1.919.115,35	1.907.491,01	
Custo da Isenção Usufruída-COPFINS	423.678,22	415.485,45	

17. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto possui cobertura de seguros que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas. 19. Partes relacionadas: O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contrato serviços de partes relacionadas. Renovação de pessoal-chave da Administração: A diretoria do Instituto, bem como seus colaboradores, instituidores ou beneficiários não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.			
	2024	2023	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	1.535.292,27	1.525.992,82	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RPA	38.382,31	38.149,81	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	345.440,77	343.348,38	
	1.919.115,35	1.907.491,01	
Custo da Isenção Usufruída-COPFINS	423.678,22	415.485,45	

18. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto possui cobertura de seguros que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas. 19. Partes relacionadas: O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contrato serviços de partes relacionadas. Renovação de pessoal-chave da Administração: A diretoria do Instituto, bem como seus colaboradores, instituidores ou beneficiários não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.			
	2024	2023	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	1.535.292,27	1.525.992,82	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RPA	38.382,31	38.149,81	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	345.440,77	343.348,38	
	1.919.115,35	1.907.491,01	
Custo da Isenção Usufruída-COPFINS	423.678,22	415.485,45	

19. Partes relacionadas: O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contrato serviços de partes relacionadas. Renovação de pessoal-chave da Administração: A diretoria do Instituto, bem como seus colaboradores, instituidores ou beneficiários não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.			
	2024	2023	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	1.535.292,27	1.525.992,82	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RPA	38.382,31	38.149,81	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	345.440,77	343.348,38	
	1.919.115,35	1.907.491,01	
Custo da Isenção Usufruída-COPFINS	423.678,22	415.485,45	

20. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto possui cobertura de seguros que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas. 19. Partes relacionadas: O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contrato serviços de partes relacionadas. Renovação de pessoal-chave da Administração: A diretoria do Instituto, bem como seus colaboradores, instituidores ou beneficiários não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.			
	2024	2023	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	1.535.292,27	1.525.992,82	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RPA	38.382,31	38.149,81	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Terceiros	345.440,77	343.348,38	
	1.919.115,35	1.907.491,01	
Custo da Isenção Usufruída-COPFINS	423.678,22	415.485,45	

21. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto possui cobertura de seguros que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. A Administração, baseada na orientação desses consultores, considera as coberturas suficientes para cobrir eventuais perdas. 19. Partes relacionadas: O Instituto não efetuou nenhuma transação ou contrato serviços de partes relacionadas. Renovação de pessoal-chave da Administração: A diretoria do Instituto, bem como seus colaboradores, instituidores ou beneficiários não recebem nenhuma remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.			
	2024	2023	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- Empresa	1.535.292,27	1.525.992,82	
Custo da Isenção Usufruída-INSS- RPA	38.382		